

**APRESENTAÇÃO:****PESQUISAS BRASILEIRAS EM POLÍTICA LINGUÍSTICA A PARTIR DO  
MODELO TEÓRICO DE BERNARD SPOLSKY**Socorro Cláudia Tavares de Sousa<sup>1</sup>Isis Ribeiro Berger<sup>2</sup>

Este número da Revista ProLíngua é dedicado ao renomado linguista Bernard Dov Spolsky. Spolsky faleceu no dia 20 de agosto de 2022, aos 90 anos, deixando como legado contribuições importantes em diferentes campos do conhecimento (e.g.: Linguística Aplicada, Sociolinguística) e, particularmente, para a Política Linguística. Sua carreira de professor começou na Nova Zelândia na década de 50 e, nos anos seguintes, atuou em diferentes instituições de ensino superior como Universidade McGill no Canadá, Universidade de Indiana e Universidade do Novo México ambas nos Estados Unidos, dentre outras. Na década de 80, ingressou como professor na Universidade Bar-Ilan, em Jerusalém, fundando e tornando-se depois diretor do Centro de Pesquisa de Políticas Linguísticas (*Language Policy Research Center*). Foi, ainda, com a também importante linguista Elana Shohamy, cofundador do periódico *Language Policy*, sendo seu primeiro editor chefe (2002-2007).

Em 1996, Spolsky publicou o primeiro estudo sobre política linguística, intitulado *Prolegomena to an Israeli Language Policy*, abordando as políticas de ensino de línguas em Israel. Segundo o próprio autor, desejando aprimorar seu modelo, desenvolveu juntamente com Elana Shohamy (Universidade de Tel-Aviv, Jerusalém) um esboço do que viria a ser a Teoria da Gestão da Língua. No livro *The languages of Israel: policy, ideology, and practice*, publicado em 1999, Spolsky e Shohamy discutem a complexa situação linguística de Israel, engendrando um arcabouço teórico original de política linguística que, já nessa época, era constituído de três componentes independentes e interrelacionados: práticas, crenças e ideologias e gestão (SPOLSKY, 2021).

Em 2000, Spolsky aposentou-se como professor emérito da Universidade Bar-Ilan e sua produção e influência acadêmica na área de Política Linguística tornou-se mais evidente. Em 2004, publicou o livro *Language Policy* pela *Cambridge University Press*, no qual visa “[...] apresentar os primeiros esforços para uma teoria, tentar fazer justiça a outras opiniões e desenvolver, onde parece necessário, minha própria terminologia.”<sup>[1]</sup> (SPOLSKY, 2004, ix). Em 2009, suas inquietações o levam a detalhar essa teoria no livro *Language Management*, publicado pela Cambridge. Nele, Spolsky analisa os componentes da política linguística em diferentes domínios, começando na família e explorando outros espaços sociais como escolas, instituições

---

<sup>1</sup> Doutora em Linguística. Professora Associada da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, Líder do Grupo de Estudos em Política e Educação Linguística – NEPEL, e-mail: sclaudiats@gmail.com, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0514-9264>

<sup>2</sup> Doutora em Linguística, Professora Associada da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Membro da Cátedra UNESCO em Políticas Linguísticas para o Multilinguismo, e-mail: isis.berger@unioeste.br, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0259-3706>

de saúde, entidades governamentais, dentre outras. Para o autor, o objetivo era “[...] refinar e modificar meu modelo inicial para dar conta da melhor forma possível dos dados que encontrei que são relevantes para as tentativas de controlar a política linguística, ou seja, mudar as práticas ou crenças linguísticas de outras pessoas”<sup>[2]</sup> (SPOLSKY, 2009, p. 249). O livro termina com dois questionamentos: “[...] a língua pode ser gerenciada? E se puder, deve ser gerenciada?”<sup>[3]</sup> (SPOLSKY, 2009, p. 261).

Essas perguntas deixaram em aberto a possibilidade de Spolsky se debruçar novamente em sua teoria. É o que acontece em 2021. Ele publica *Retinking language policy* pela *Edinburgh University Press*, e, nessa obra, o autor amplia seu modelo: aborda ambientes não linguísticos que afetam a implementação de políticas linguísticas e inclui a autogestão (SPOLSKY, 2021). Sobre esse último aspecto, o autor avança em seu modelo teórico na medida em que apresenta o indivíduo como um primeiro nível para o estudo das políticas linguísticas. Partindo do princípio de que a política linguística é um fenômeno complexo e dinâmico, Spolsky afirma que se faz necessário elaborar modelos, revisá-los a fim de dar conta desse objeto de estudo tão multifacetado que é a política linguística.

Infelizmente, será para nós impossível compartilhar novas revisões teóricas de Bernard Dov Spolsky. Por outro lado, abrem-se possibilidades de desenvolvimento de propostas metodológicas que dialoguem com seus pressupostos teóricos e de desdobramentos de seu modelo. Ademais, suas proposições ecoam em estudos desenvolvidos no contexto internacional e brasileiro, tomando como objeto de análise a gestão das línguas e do multilinguismo em diferentes domínios da vida social (família, escola, universidade, espaço público urbano, espaços de culto, empresas, dentre outros), as crenças e ideologias e as práticas linguísticas.

Diante dessa assunção e tendo em vista a relevante e fundamental contribuição do autor para o campo da Política Linguística, este dossiê apresenta trabalhos que lançam mão das proposições teórico de Spolsky para o estudo das políticas linguísticas, explorando diferentes aspectos de sua Teoria da Gestão da Língua. Desse modo, os estudos que fazem parte desse número da revista ProLíngua abarcam diferentes dimensões da teoria do linguista, analisando e discutindo fenômenos de gestão de línguas, práticas e crenças/ideologias em diferentes domínios. Especialmente para este número, contamos com uma entrevista, artigos e um relato de experiência, sobre os quais abordamos na sequência.

A primeira contribuição para esse número é a entrevista realizada pelas organizadoras com a Dra. Florence Bonacina-Pugh, docente da Universidade de Edimburgo. Na entrevista a convidada aborda a importância da obra de Spolsky para o campo da Política Linguística, bem como apresenta algumas de suas leituras e proposições a partir da obra do linguista. Seguindo a entrevista, apresentamos os artigos selecionados.

Os dois primeiros textos tratam das políticas linguísticas no domínio da família.

No primeiro texto intitulado **Políticas linguísticas familiares: da teoria spolskiana à abordagem ampliada de Tannenbaum**, Oliveira e Oliveira apresentam as contribuições da linguista Michal Tannenbaum, professora associada da Universidade de Tel Aviv, para a ampliação do modelo de análise de políticas linguísticas proposto por Spolsky. Segundo as autoras, as proposições de Tannenbaum levam em conta a importância das emoções como um fator relevante para a compreensão do modo como as famílias gerenciam as línguas em contextos migratórios. Assim, o modelo de ampliado de Tannenbaum abrange os mecanismos emocionais de enfrentamento e defesa, que visam manter a estabilidade familiar face a dificuldades enfrentadas em contexto diverso, bem como pretende favorecer a adaptação

dos sujeitos nesses contextos. O artigo se caracteriza como um estudo bibliográfico que oferece uma rica resenha intertextual das obras de Spolsky e Tannenbaum.

Também voltado para o domínio da família, contamos com a contribuição de Diego Alexandre que nos oferece resultados de sua pesquisa sobre o gerenciamento linguístico entre mãe brasileira e sua filha em Oslo, na Noruega. O texto intitulado **Gerenciamento linguístico familiar: o português em um lar da Noruega** lança mão das proposições de Spolsky para analisar o modo como mãe e filha se relacionam com as línguas portuguesa, norueguesa e inglesa nesse contexto, em que sobressaem questões de ordem econômica e cultural, bem como as ideologias linguísticas da mãe brasileira.

Na sequência, apresentamos três artigos que versam sobre políticas linguísticas explícitas, que se expressam na forma de atos normativos e instrumentos legais. O primeiro deles trata dos processos de cooficialização de línguas no Brasil. O texto de autoria de Ruscheinsky, Frizzo e Krug, intitulado **Políticas linguísticas: um caso de cooficialização da língua alemã**, apresenta esse processo no município de São João do Oeste em Santa Catarina. Os autores analisaram documentos relacionados à cooficialização do alemão e identificaram os elementos do modelo tripartite de Spolsky, bem como agentes com poder e sem poder que trabalharam na mudança de *status* dessa língua na cidade. Por fim, concluíram que essa cooficialização é uma política que mais se destina à divulgação de São João do Oeste como cidade turística que fala alemão do que à manutenção linguística.

Passamos depois para o artigo **As políticas linguísticas do Paraguai na ditadura de Stroessner: gestão, práticas e valores**, de autoria de Machado. No texto, o autor desvela as três dimensões das políticas linguísticas de Bernard Spolsky em um momento político específico. A análise demonstra uma política oficial de promoção do guarani, política essa utilizada como instrumento político do governo, que não alterou as valorações sobre essa língua quando comparada ao castelhano.

O texto de Ribeiro, intitulado **Políticas linguísticas educacionais e educação como política linguística: um olhar sob o prisma da Teoria da Gestão da Língua de Spolsky** também analisa políticas linguísticas explícitas, com ênfase naquelas voltadas para o domínio da escola. O autor explora a dimensão da gestão a partir da análise de artigos da Constituição Federal de 1988, da Lei 9394/1996 e da BNCC, mostrando que as políticas oficiais materializam as crenças sobre as línguas. Em sua análise, observa-se a confirmação de ideologias linguísticas como uma língua/uma nação e o papel do inglês como língua internacional, também é constatada a presença de um discurso de valorização da diversidade linguística com algumas línguas assumido um papel de destaque.

Saindo da esfera das políticas linguísticas explícitas, passamos a apresentar textos cujo objeto de perquirição são as crenças, um dos componentes do modelo de Spolsky. Em **A materialização de crenças linguísticas na composição da paisagem linguística de Cardápio de bar: um estudo de caso**, Nascimento discute as políticas linguísticas em uma camada mais externa: a da paisagem linguística. A autora analisa não apenas o material escrito, mas a perspectiva das proprietárias. O estudo revela um conjunto de fatores que influenciam as escolhas linguísticas em um cardápio de bar, a saber: razões de natureza comercial como a proposta do estabelecimento e o público-alvo a que se destina o comércio; razões voltadas ao campo da Gastronomia, dentre outras. O estudo destaca o uso de uma diversidade de línguas estrangeiras (francês, inglês, espanhol), bem como do português. Na análise, fica evidente o impacto da globalização no domínio do espaço público, mostrando que

as línguas utilizadas no cardápio vão além do valor de comunicação, assumindo também um valor simbólico.

Em **A variação do fonema /R/ retroflexo nas cidades de Itaguara (MG) e Itaúna (MG) sob a perspectiva de Spolsky**, Carmo aborda um fenômeno fonológico a partir do modelo tripartite de Spolsky, demonstrando que é possível explicar as escolhas linguísticas em diferentes níveis. Esse artigo confirma a asserção spolskiana de que “[...] qualquer falante ou escritor seleciona continuamente características – sons ou grafias, itens lexicais ou padrões gramaticais – que são marcadores significativos de línguas, dialetos, estilos ou outras variedades de linguagem [...]”<sup>3</sup> (SPOLSKY, 2009, p. 1). A autora mostra que as realizações do fonema /R/ retroflexo estão relacionadas a um contexto social específico de Itaúna e de Itaguara, comprovando a interrelação entre as práticas e as crenças dos usuários sobre as variantes linguísticas.

Por fim, apresentamos o relato de experiência de autoria de Dantas. Em **Canal Iorucanto: transliteração de cantigas de candomblé como exemplo de política linguística**, o autor descreve a criação do canal a partir da ótica da Política Linguística. Utilizando-se da pesquisa-ação, Dantas relata o gerenciamento linguístico em um terreiro de candomblé. Destaca-se a agência do autor através da transliteração das cantigas de candomblé da nação Ketu para a língua Yorubá. O texto realça o papel das escolhas linguísticas no domínio religioso, permitindo ao leitor compreender a relação entre língua e identidade religiosa.

A ilustração de capa, uma arte feita a mão que apresenta o rosto do linguista, é de autoria do talentoso João Pedro Cemin Marcon, graduando do Curso de Letras da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus Foz do Iguaçu.

Desejamos boa leitura!

As organizadoras

## Referências

- SPOLSKY, B. Prolegomena to an Israeli language policy. In: HICKEY, T.; WILLIAMS, J. (Orgs). **Language, education and Society in a Changing World**. Dublin/Clevedon/Philadelphia/Adelaide: IRAAL/Multilingual Matters Ltd. 1996. p. 45-53.
- SPOLSKY, B. **Language Policy: a Key Topics in Sociolinguistics**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- SPOLSKY, B. **Language Management**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.
- SPOLSKY, B. **Rethinking Language Policy**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2021.
- SPOLSKY, B.; SHOHAMY, E. **The Languages of Israel: Policy, Ideology and Practice**. Multilingual Matters Ltd. Clevedon/Buffalo/Toronto/Sidney: Multilingual Matters. 1999.

---

<sup>3</sup> No original: “[...] any speaker or writer is continually selecting features – sounds or spellings, lexical items, or grammatical patterns – which are significant markers of languages, dialects, styles, or other varieties of language [...]”. (SPOLSKY, 2009, p. 1).